

Gustavo Pacheco, Otávio Veronez, Thais Motta, Vinícius de Brito Henrique, Luca Suzigan, Renan Azevedo, Gabriel Buratto e Raíssa Scholten

CRÍTICA DA GOVERNAÇÃO NEOLIBERAL

Boaventura de Souza Santos, em sua crítica da governança neoliberal, aborda o tema estruturando seu texto de forma didática. A princípio, considera que os processos de globalização derivam em duas formas contraditórias. Uma globalização neoliberal, com maior liberdade de mercado e restrições às intervenções do Estado e outra contra-hegemônica, que propõe práticas político-jurídicas alternativas.

Para examinar o surgimento da matriz de governança neoliberal, convém recuar ao início da década de 1970, para avaliar o papel do movimento estudantil na crise de legitimidade da social democracia europeia (vale a pena destacar aqui que os movimentos estudantis podem ter impulsionado a crise de legitimidade, mas não constituem seu único fator gerador). Para o movimento estudantil, o contrato social-democrata excluía minorias, permitindo apenas uma inclusão destituidora de poder. A social-democracia não conseguiu cumprir a sua promessa de construção de sociedades livres e iguais. As ideias de soberania do povo e participação popular foram sequestradas por formas elitistas de governo democrático com a cumplicidade de sindicatos e de partidos operários.

Em 1975, a proposta da Comissão Trilateral para esta crise diagnosticava que a democracia levava a uma sobrecarga de direitos e de reivindicações, por conta do contrato social ser demasiado inclusivo. Para tal comissão, a solução para a crise de legitimidade e de governabilidade era a retração do Estado e a domesticação da participação popular, com mais leis de mercado.

Em 1986, todas as recomendações da Comissão Trilateral passaram a ser consideradas “naturais” a partir de três regras: a privatização, a “mercantilização” e a liberalização. Essas três regras se tornaram os pilares do neoliberalismo e da globalização neoliberal. A década seguinte é o ponto alto do neoliberalismo, com o Estado a retirar-se da ação social e da regulação econômica, com leis de mercado a presidi-las. Neste período, há a proliferação do terceiro setor ou organizações da sociedade civil. Esse também é o período em que os fracassos do mercado, enquanto grande princípio da regulação social, tornam-se evidentes.

Foi nessa conjuntura que a governança emerge enquanto matriz social e política da globalização neoliberal. Dessa forma, a governança tenta aliar a exigência de participação e inclusão (legitimidade) com a exigência de autonomia e auto-regulação (governabilidade). Portanto, tenta reconstruir a governabilidade de forma monolítica para transformá-la numa concepção alternativa da legitimidade. Além do significado propriamente dito da governança neoliberal (governação), é necessário elencar quais são os aspectos que silencia: as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social. Ao silenciar-se sobre estes temas, sem oferecer uma alternativa positiva, a governança neoliberal representa uma derrota da teoria crítica tanto no plano social como no plano político. As alternativas propostas pela governança neoliberal são: *“em vez de transformações sociais, a resolução de problemas; em vez de participação popular, participação dos titulares de interesses reconhecidos; em vez de contrato social, a auto-regulação; em vez de justiça social, jogos de soma positiva e políticas compensatórias; em vez de relações de poder, coordenação e parcerias; em vez*

de conflitualidade social, coesão social e estabilidade de fluxos". Percebe-se, então, que a matriz de governação com suas propostas estão a serviço da exclusão social. Desta forma, a governança neoliberal provoca o aumento da desigualdade.

A exclusão social é resultado de uma participação política restrita aos poucos "interessados" que teriam exclusividade de participar do processo de tomada de decisões. Boaventura alerta sobre a consequência dessa medida: "*não há benefício sem participação e não há participação sem benefício*". Já que quem participa determina e quem participa são apenas os interessados selecionados, o olhar aos excluídos dessa parcela da sociedade será quase nulo, restando pouquíssimas possibilidades de receberem ou pedirem algum tipo de ajuda integracional ao sistema.

Quanto à construção de uma governança alternativa, convém primeiro lembrar a diversidade de organizações da sociedade civil (OSCs). Desempenharam papel fundamental após a queda de regimes comunistas, contestaram outros regimes políticos autoritários, contribuíram com o apoio a grupos sociais vulneráveis na reestruturação econômica, entre outros papéis relevantes na sociedade. Trata-se de associações profissionais, clubes cívicos e/ou esportivos, cooperativas, grupos ambientalistas, coletivos culturais e religiosos e instituições voltadas a tratar de questões de saúde, política e/ou inclusão social.

No âmbito da governança alternativa, o problema de redistribuição social é central, mas não é o único. O problema em lidar com o reconhecimento da diferença é também muito importante. Portanto, a governação alternativa tem o desafio de fazer frente a questão da redistribuição social e do reconhecimento da diferença.

Esta governança alternativa representa uma globalização contra hegemônica, solidária. Tal construção de outra globalização teve origem há 10 anos atrás, mais especificamente após os protestos de Seattle, quando diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil começaram a empreender lutas contra as opressões causadas pela globalização neoliberal.

Para Boaventura, essa nova globalização (contra hegemônica alternativa) seria a responsável pela criação de uma mais nova forma de governação, a contra hegemônica insurgente. Para o autor, essa governação "implica a articulação e a coordenação entre uma imensa variedade de movimentos sociais com a finalidade de combinar estratégias, definir agendas, e ainda de planejar e levar a efeito ações coletivas". Contudo, apesar de diferir da governança neoliberal, a governança contra hegemônica também possui como característica a participação voluntária, a horizontalidade, a coordenação, a parceria, a auto-regulação.

De toda forma, o Fórum Social Mundial, realizado inicialmente em Porto Alegre no ano de 2001, representa um conjunto de iniciativas transnacionais com o intuito de englobar sobretudo movimentos sociais e ONGs, críticos contra a globalização neoliberal. Esse Fórum não consiste unicamente de encontros internacionais de grandes proporções, abordando também temas regionais e setoriais, tendo como base apenas sua carta de princípios. Esse novo fenômeno político não se assenta em monopólio ideológico ou partidário, ainda que existam ideologias e partidos políticos realmente integrados com a causa. De fato, a essência do movimento é um crítica a atual estruturação do capitalismo . O FSM emerge assim como uma alternativa pacífica visando outra globalização.